

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**VANDIRLENE INÊZ EPPING**

**REFORMA AGRÁRIA EM IGNÁCIO RANGEL**

**Florianópolis, 2009.**

**VANDIRLENE INÊZ EPPING**

**REFORMA AGRÁRIA EM IGNÁCIO RANGEL**

**Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.**

**Orientador: Marcos Valente**

**FLORIANÓPOLIS, 2009.**

**VANDIRLENE INÊZ EPPING**

**REFORMA AGRÁRIA EM IGNÁCIO RANGEL**

**Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.**

**Florianópolis, 2009**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota.....à aluna Vandirlene Inêz Epping na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora

---

Professor Marcos Alves Valente

Orientador

---

Professor

---

Professor

*Dedico este trabalho a meus pais Aloir e Gema,  
meus irmãos Vantuir, Valtair e Denacir  
e a minhas amigas de toda a vida Vera e Sandra.*

## AGRADECIMENTOS

Uma monografia certamente não é trabalho de uma pessoa só.

É um trabalho de tamanha complexidade e envolvimento que, por algum tempo muda a rotina não só de quem está fazendo, mas de todos que estão em nossa volta.

Fazer um trabalho destes, requer às vezes isolamento, as vezes renúncia a convites de amigos, a qualquer tipo de lazer ou tempo gasto em coisas que não estão relacionadas a pesquisa.

E quando nos permitimos um minuto de descanso, nos tortura a culpa.

Por isso, neste período precisamos de muita compreensão das pessoas que nos cercam.

Neste sentido, gostaria de agradecer primeiramente a meus pais, Aloir e Gema, quem mesmo estando longe sei que em pensamentos e orações estão sempre a zelar pelo alcance dos meus objetivos.

Aos irmãos, Denacir e Valtair longe, que mesmo não estando muito cientes, estarão sempre prontos para oferecer ajuda se necessário.

A meu irmão mais próximo Vantuir pela preocupação e ajuda em todos os sentidos desde que cheguei aqui há anos atrás com um desejo de conquista e um desconhecimento ingênuo das dificuldades e obstáculos que encontraria..

Agradeço também as minhas amigas Vera e Sandra, amigas desde o jardim da infância, e que hoje são minha família também.

A minha querida amiga Keli, com quem cresci e de quem sinto muita falta e saudades.

À meu orientador Marcos Valente, que mesmo estando com carga excessiva de trabalho, aceitou me orientar e me ajudou muito com sua paciência e compreensão.

Este trabalho não é somente resultado de seis meses de leitura e pesquisa, é produto de uma vida inteira, desde uma educação familiar sólida e baseada em valores sérios até a tomada

de consciência da necessidade do conhecimento para sobrevivência numa sociedade em que diplomas não garantem o sustento, apenas nos colocam como aptos a competir.

Muito obrigada a todos vocês.

*A nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para 'Um Mundo Só'. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O 'Mundo Só' não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, rígidos e doentes, fortes e fracos.*

*Ignácio Rangel*

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina

**SUPRA** – Superintendência de Política Agrária



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a questão agrária brasileira a luz das obras de Ignácio Rangel, assim como, encontrar suas intenções ao escrever a obra *A questão agrária brasileira, em 1962*. Para alcançar este objetivo serão realizadas pesquisas de natureza qualitativa visando à obtenção e coleta de dados de caráter descritivos. Tal método parte do pressuposto de que o entendimento da obra através desta forma de pesquisa constitui-se de uma metodologia utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes, ajudando o pesquisador a interpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais geral delas. Para tanto, a análise da obra *A questão agrária brasileira* foi feita de maneira qualitativa ao ser lida, interpretada e compreendida juntamente com a pesquisa e descrição da vida do autor na época ao escrevê-la, assim como de toda a conjuntura econômica e política deste período. Como resultado desta análise, conclui-se que Ignácio Rangel pretendia influenciar o pensamento, as atitudes e ações de quem estava no poder na época, para que aderissem a seu plano para reformar a agricultura brasileira.

### Palavras – chave:

**1 – Ignácio Rangel**

**2 – Questão agrária no Brasil**

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
RESUMO.....	9
CAPÍTULO 1 .....	12
1.1 Introdução .....	12
1.2 Problema de pesquisa.....	14
1.3 Objetivos.....	15
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	15
1.3.2 <i>Objetivo Específico</i> .....	15
1.4 Metodologia.....	16
1.5 Marco Teórico Preliminar.....	17
CAPÍTULO 2 – VIDA E OBRAS DE IGNÁCIO RANGEL.....	18
2.1 Breve biografia.....	18
2.2 Uma visão geral das obras.....	20
2.2.1 <i>A tese da dualidade básica</i> .....	21
2.2.2 <i>Determinantes da dinâmica capitalista</i> .....	24
2.2.3 <i>A inflação brasileira (1978)</i> .....	24
2.2.4 <i>A questão agrária</i> .....	26
2.2.5 <i>O papel do Estado na economia</i> .....	28
CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO AGRÁRIA DE 1930 A 1970.....	29
3.1 Introdução.....	29
3.2 A questão agrária segundo José Graziano da Silva .....	29
3.3 A questão agrária na visão dos progressistas x conservadores.....	32
3.4 A evolução da agropecuária de 1930 a 1964 .....	35

CAPÍTULO 4 - A QUESTÃO AGRÁRIA NA VISÃO DE IGNÁCIO RANGEL.....	37
4.1 Considerações de Rangel sobre a relação da agricultura com a industrialização.....	39
4.2 Questão agrária brasileira.....	39
4.3 As propostas de Rangel para uma reforma agrária.....	41
4.4 Problemas da agricultura brasileira: próprios e impróprios .....	44
4.5 Relação de mão de obra com capital.....	46
4.6 Reforma do mercado interno de capitais.....	50
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

# CAPÍTULO 1

## 1.1 Introdução

Estudando-se a história do Brasil percebemos que sempre esteve presente a questão de dominação. Desde o Tratado de Tordesilhas em que o país foi dividido e distribuído entre os monarcas da época, ou seja, desde o “descobrimento” a questão da má distribuição de terras e capitais está presente. A história brasileira começou assim, e analisando-se a linha do tempo percebe-se facilmente que seguiu este rumo.

Desde os tempos de monarquia, existe esta relação de posse, "toda terra pertence ao rei", e esta linha vai seguindo até chegar ao feudalismo, onde os senhores das terras – feudelistas depois capitalistas e latifundiários - dominam cada vez extensões maiores de terras que ficam cada vez mais concentradas em contraste com uma massa de trabalhadores cada vez mais explorados.

Passando por todos os períodos históricos percebemos as mudanças nos regimes políticos, na forma de governar, no trabalho, nas formas de dominação, mas a essência continua sendo a mesma: um pequeno número detém o poder e o capital e uma massa de trabalhadores lutam para sobreviver através do seu trabalho, que gera cada vez mais riqueza a quem já tem e apenas uma parte do que o trabalhador produziu volta para si através de salário, que é transferido novamente ao capitalista através do consumo. É um ciclo que vai acumulando cada vez mais capital aos donos dos meios de produção e tecnologia e deixando o trabalhador dependente dele.

A relação é inversa, a medida que aumenta a concentração da posse, diminui o emprego e a renda do trabalhador, pois através de novas formas de organização do trabalho e novas máquinas e equipamentos que vem com a industrialização, aumenta a produtividade do trabalho, ou seja, será necessário cada vez menos trabalhadores para gerar maiores volumes de produção.

Partindo do começo da história do Brasil, pesquisando as várias formas de dominação através da terra e uma relação desta com a industrialização, podemos entender a questão da concentração e a partir daí situar a questão da reforma agrária – seu significado, sua intenção suas possibilidades dentro do cenário brasileiro, isso tudo através do pensamento e a obra de Ignácio Rangel, que defendeu a questão, apesar de seu pensamento não ter sido aceito nem bem sucedido na época.

Seria porque contrariou os interesses de quem tem a posse e o poder de decidir ou porque realmente suas propostas eram inviáveis?

Sua principal teoria era de que o problema da questão agrária era essencialmente a superprodução e a superpopulação rural, que seria resolvido através da industrialização, que tanto empregaria esta mão de obra excedente quanto absorveria a superprodução através da transformação dos produtos agrícolas, direcionados ao mercado consumidor nascente – os operários que emigraram do campo atraídos pelo emprego da indústria.

A industrialização surge a partir da substituição de importações, da necessidade de transformar produtos primários cultivados na agricultura em bens de consumo final, antes importados. Para isto, faz-se necessário o investimento em máquinas e equipamentos e a existência de um mercado consumidor.

As máquinas e equipamentos não são encontradas no mercado nacional, a mão-de-obra será absorvida do excedente do campo, o que será também o mercado consumidor. Mas isto gera um problema: se a industrialização precisa de produtos vindos da agricultura para transformar em bens de consumo final, é preciso que a produção agrícola aumente para produzi-lo.

Durante este trabalho, será discutida amplamente a questão agrária à luz de alguns autores, mas fundamentada na obra de Ignácio Rangel, será levantado todos os questionamentos em torno deste tema e apresentada a solução dada pelo autor.

## 1.2 Problemática da pesquisa

O presente trabalho busca estudar a questão agrária no Brasil, resgatando o período desde 1850 (Lei de Terras), como uma garantia de posse a quem tem o poder para que as classes subalternas não pudessem ter acesso a propriedade, até os dias atuais, juntamente com o período do início da industrialização no Brasil, a partir de 1960 e sua intensa relação com esta questão.

O objeto de estudo deste trabalho é a obra *A questão agrária brasileira* escrita em 1962 pelo autor Ignácio Rangel.

Para realizar esta tarefa, primeiramente temos que conceituar o que se entende por estrutura agrária.

Segundo José Sidnei Gonçalves o complexo rural não é somente o campo, ela faz parte dos três setores da economia:

“A análise da agricultura na abordagem tradicional não rompe com os limites da agropecuária. Essa formulação tem como ponto de partida a construção de três setores; primário, secundário e terciário. Dentro dessa ótica a agricultura seria o setor primário, a indústria, o setor secundário; e o terciário corresponderia ao setor de serviços.” (GONCALVES, 1999, p.6)

Neste período, as correntes ideológicas aceitas eram as de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, e talvez por isso ninguém conseguiu classificá-lo dentro uma corrente de pensadores, não foi aceito como cepalista nem como estruturalista, pois ele tinha um pensamento independente, original, seguia uma linha própria.

*Como Rangel vê a questão da reforma agrária e qual é o caminho para que ela seja efetivamente implantada? Se aceitarmos que Rangel buscava influenciar o aparelho estatal com suas idéias podemos também formular a questão: como o autor entrevistou seu pensamento na época em que era influente através de seu trabalho junto a Getúlio Vargas e demais presidentes?*

Para responder a estas questões, analisaremos a obra *A questão agrária brasileira* escrita em 1962 usando a metodologia da análise qualitativa, que será apresentada na terceira seção deste capítulo.

Seguindo, na próxima seção, apresentamos os objetivos deste trabalho.

## **1.2 Objetivos**

Fazer um estudo sobre a questão agrária no Brasil através da obra de Ignácio Rangel.

Entender como Rangel vê a questão da reforma agrária e qual é o caminho para que ela seja efetivamente implantada.

### *1.3.1. Objetivo Geral*

Analisar na obra de Ignácio Rangel o tratamento dado à questão agrária brasileira.

### *1.3.2. Objetivo Específico*

Apresentar toda a trajetória seguida pelo autor para a formulação de sua teoria e suas conclusões bem como investigar a questão agrária como parte integrante de sua visão a respeito do desenvolvimento da economia, tudo caracterizado pela centralidade da tese da dualidade básica da economia brasileira.

## 1.4 Metodologia

Para o procedimento de pesquisa ser considerado científico ele necessita ser passível de demonstração e verificação e para tanto a pesquisa precisa delimitar quais métodos foram utilizados:

“Etimologicamente, método significa caminho para se chegar a um fim. Assim, método científico pode ser entendido como “o caminho para se chegar a verdade em ciência” ou como “o conjunto de procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chegar ao conhecimento.” (GIL, 2002, p.32).

Para cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho de monografia, serão realizadas pesquisas de natureza qualitativa visando à obtenção e coleta de dados de caráter descritivos.

“A pesquisa qualitativa constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos das mais diversas classes. Através de descrições sistemáticas, ela ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas.” (MORAIS, 1999, P.9)

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, serão fundamentados em pesquisa bibliográfica e documental através da literatura específica e da análise relacional existentes entre as variáveis que compõe o tema. Sendo assim, serão utilizados livros e revistas relacionados à economia.

Por assumir um caráter descritivo, a pesquisa torna-se de fundamental importância para o conhecimento e esclarecimento dos fundamentos teóricos, que na presente análise, servirá de base para o entendimento das relações entre as variáveis e o objeto alvo do estudo.

Para concluir o trabalho realizar-se-á um levantamento de dados empíricos com o intuito de reforçar a discussão através de dados representativos da realidade. Para isso, serão realizadas entrevistas, questionários, pesquisas em livros, jornais, revistas e internet.



## 1.5 Marco teórico

Como foi descrito na seção anterior, o que pretendemos com este trabalho é a partir da análise de dados qualitativos, buscar informações de caráter descritivos para serem interpretados, resultando numa melhor compreensão da obra em questão.

O contexto histórico em que a obra *A questão agrária brasileira* surgiu foi o momento em que estava se desenvolvendo a indústria no Brasil, correspondia a uma nova etapa no desenvolvimento brasileiro, em que simultaneamente estava formando-se uma moderna economia industrial e dissolvendo-se a arcaica estrutura produtiva rural.

Esta obra foi escrita no ano de 1962 e num período de processo de industrialização para substituição de importações. Com a posse dos dados de caráter qualitativos podemos descrever o período na questão política, econômica e social do país. A partir disso, teremos condições para compreender de forma mais aprofundada a questão agrária que o autor expõe nesta obra que, segundo ele, está totalmente ligada a este processo de industrialização.

Após termos posse dos dados qualitativos e conseqüente análise para compreensão da obra, buscamos entender as intenções do autor ao escrever este livro, ou seja, o que ele pretendia com suas teorias, quais os objetivos que desejava atingir através da influência que tinha na economia e política.

Enfim, após analisarmos e entendermos a obra bem como as intenções do autor, procuraremos mostrar quais as mudanças que ele provocou com seu trabalho, com suas discussões, com seus planos e projetos apresentados.

## **CAPÍTULO 2 – VIDA E OBRAS DE RANGEL**

### **2.1 Breve Biografia**

As idéias de Ignácio Rangel surgiram na década de 50, época em que estavam sendo discutidas e difundidas as obras de Caio Prado Junior. Neste período, surgiram também as publicações de Celso Furtado, a obra Formação Econômica do Brasil, onde ele faz um estudo sobre a indústria nascente brasileira pós café, assim como sobre a CEPAL

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em Mirador no Maranhão em 20 de fevereiro de 1914, formou-se no Rio de Janeiro em Direito e pós-graduou-se em Economia pela CEPAL, no Chile em 1954. Trabalhou no BNDE, onde aposentou-se em 1975, mas permaneceu como consultor até 1980. Trabalhou com os Governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Teve participação na coordenação do Plano de Metas.

A sua mais importante participação nos governos foi com Getúlio Vargas, onde assumiu posto de Assessor direto. Isto lhe proporcionou uma vasta experiência técnica e o ajudou a fornecer subsídios para escrever sua principal obra: “Dualidade Básica da Economia Brasileira”.

Apesar das duras críticas em suas teorias por serem inspiradas no marxismo, suas obras foram reavaliadas mais tarde e resgatadas devido sua imensa contribuição ao pensamento econômico brasileiro, tanto que em 1991 foi eleito membro da Academia Maranhense de Letras, tomando posse no dia 29 de novembro deste mesmo ano na cadeira de número 26.

Em entrevista concedida a Revista Geosul em outubro de 1987, Rangel disse que Inflação Brasileira foi sua obra que mais teve destaque, mas que considera “Dualidade Básica da Economia Brasileira” o livro definitivo de sua vida, por ter sido através dele que foi reconhecido como economista e ter ganho uma bolsa de estudos para a CEPAL no Chile.

Nesta entrevista, ele explica com suas próprias palavras porque considera esta obra tão importante e como foi que desenvolveu esta teoria num curtíssimo tempo de quatro fins de semana. Ele justifica que escreveu em tão pouco tempo devido seu trabalho de assessor do presidente Vargas em 1953 lhe tomar todo o tempo em dias de semana.

Este período de assessor em 1953 foi a época em que ajudou a construir a lei que resultaria na ELETROBRÁS.

A sua obra surgiu inicialmente influenciada pelos conhecimentos e pensamentos de um jurista que foi antes de se tornar economista. Seu trabalho em relação a economistas de sua época como Caio Prado Junior e Celso Furtado ainda hoje é menos popular e tem menos procura.

Estudando-se um pouco de sua biografia, percebe-se por que foi considerado de esquerda. Já aos 17 anos era militante político, entrou pelo portão das armas do vigésimo quarto batalhão do Maranhão para participar da Coluna Prestes. Esta postura se consolidou quando conheceu O Manifesto Comunista de Marx e Engels, que o fez entrar de vez para a militância, com participações ativa em movimentos operários e estudantis.

Dentro deste contexto, as idéias e pensamentos de Rangel ficaram escondidas, em segundo plano, ou até mesmo rejeitadas, pois era um pensamento contrário a CEPAL e a política da época, eram idéias de esquerda, marxistas e por isso não aceitas dentro daquele cenário político.

Mas mesmo suas idéias não sendo aceitas ou valorizadas para a época, sua contribuição foi fundamental para os vários campos acadêmicos como história, geografia e principalmente economia.

Suas principais idéias foram: dualidade básica da economia brasileira, papel dos ciclos longos ou Kondratieff, papel dos ciclos breves ou Juglar, capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia.

Em relação as mudanças no Brasil afirma que ela acontecem através de pressões das classes dominadas, mas quem as provoca é a classe dominante, composta por uma classe hegemônica e outra subalterna. Estas idéias foram influenciadas por Caio Prado Júnior, autor

que escreveu sobre o papel das classes dominantes brasileiras na transição de um regime para outro.

Sobre a reforma agrária, afirma que o período em que o país deveria ter sido institucionalizado era a época em que ele foi militante. Se isto tivesse ocorrido, segundo ele, a reforma teria acontecido, mesmo que fosse a força. Neste contexto, com apenas 21 anos recrutou 200 homens com lutas e chegou a ser preso por dois anos, além de ficar proibido de sair do Maranhão por 8 anos.

Durante este período de reclusão, ele aprofundou suas teorias. Dentre elas, a de que seria possível industrializar o país sem reforma agrária. Esta questão industrializar para depois reformar era o que estava sendo planejado para fazer na década de 30, mas para ele, nos dias atuais (1987) o cenário estava mudado e isto não poderia mais ser aplicado porque já haveria passado o prazo para este tipo de reforma, a industrialização já havia acontecido e a reforma agrária ainda não.

Mais tarde afastou-se do socialismo, porque acreditava que ele não era uma simples teoria, uma simples matéria ou ideologia, e estava convicto que deveria participar mais ativamente do desenvolvimento do país.

Após 15 dias do seu afastamento foi chamado para trabalhar com o presidente Dutra, convite que ele recusou e aceitou somente cinco anos mais tarde, desta vez para trabalhar com Vargas, onde participou ativamente da criação da Eletrobrás e na lei da Petrobrás, o que futuramente resultou no Plano de Metas de Kubichek.

Esta participação política neste governo e em outros contribui enormemente para o desenvolvimento de suas teorias e fez com que ele pudesse pô-las em discussão.

## **2.2 Uma visão geral das Obras**

Ignácio de Mourão Rangel está entre os autores considerados desenvolvimentistas, e em toda sua obra descreveu diversos momentos onde buscava compreender o desenvolvimento do país em condições diversas. O fato de trabalhar dentro do Estado forneceu a ele material para que pudesse identificar os fatores que impulsionavam os diferentes acontecimentos.

Seu otimismo é aparente na busca pela solução, através da identificação das linhas de menor resistência ao desenvolvimento que ele chamava de pontos de estrangulamento e capacidades ociosas.

Segundo Castro (2005, p.16), Rangel é autor original e singular em suas obras que são otimistas, o que torna mais difícil seu entendimento e com interpretações fragmentadas. A tese da dualidade básica é a parte menos compreendida, e ao mesmo tempo, a parte fundamental para se compreender a totalidade da obra, que é na maior parte das vezes contraditória com a linha marxista e socialista que o autor segue. Exemplo disso é a sua teoria de que a acumulação de capital é o caminho para a implantação do socialismo.

O conjunto da obra de Rangel pode ser subdividido em cinco grandes teses, que são formuladas a partir da primeira e mais importante de todas: a dualidade básica. Depois vem a interpretação da dinâmica capitalista (ciclos, crise e tecnologia), a tese da inflação, a interpretação da questão agrária, que é objeto de estudo deste trabalho, e finalmente o papel do Estado na economia.

Analisemos de forma rápida e resumida o conjunto da obra deste autor desenvolvimentista, pois o objeto deste trabalho é somente o que trata da questão agrária.

### *2.2.1 A tese da Dualidade básica*

No período de 1960 estavam em destaque, debates sobre a *Revolução Brasileira* de Caio Prado Júnior. A tese da dualidade elaborada por Rangel não se encaixava de nenhuma forma com essas teorias, e por isso foi deixada de lado para que não provocasse polêmica. O mais irônico foi que outras obras, que eram baseadas na teoria da dualidade, foram aceitas e reconhecidas.

Esta teoria, segundo Castro (2005, p.16) é uma adaptação do materialismo histórico ao caso brasileiro, uma tese de história econômica e política do Brasil que deve ser assimilada como as questões brasileiras de forma bem crítica.

Para Bielschowsky, (1988, p. 251) o caso brasileiro se distingue da história dos países subdesenvolvidos devido a seqüência da história universal – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – dividindo o conceito de “relações de produção” de Marx em “relações internas” e “relações externas”, modos de produção que acontecem de forma simultânea.

A seguir, com base no texto de Bielschowsky apresentaremos de forma sintetizada a teoria da dualidade básica na economia brasileira.

Para o autor, as relações de produção do país não decorrem somente da interação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção internas mas também da relação existente com as economias centrais, que ele denomina “relações externas de produção”, e são estas que vão determinar o desenvolvimento das forças produtivas internas e conseqüentemente as “relações internas de produção”. A dualidade de todas as instituições brasileiras e da economia como um todo surgiria como conseqüência destas relações.

Nas próprias palavras de Rangel (1953, ) “ A idéia central era de que, no Brasil, (...) haviam – se criado condições para o aparecimento de modos de produção sucedendo-se historicamente, mas todos caracterizados pela coexistência de relações de produção próprias de diferentes modos fundamentais de produção”.

Estes elementos são agrupados em pólo externo e pólo interno, cada um deles com dois lados, um interno e outro externo, como apresentada a seguir.

lado interno

Pólo interno (agricultura)

lado externo

**DUALIDADE**

Pólo externo (comércio, serviços,

lado interno

governo, indústrias)

lado externo

Usando o exemplo Bielschowsky, (1988, p.254), as relações internas do latifúndio brasileiro eram feudais no começo do século, mas devido a manter relações comerciais com outros países do mundo, através de exportações, constituindo-se a partir daí um modo de produção capitalista nos centros urbanos onde funcionava as atividades deste comércio externo - finanças, comunicação, transportes - o que constituía o pólo externo.

Usando um exemplo simples como este, podemos entender no que consistia a tese da dualidade: dois modos de produção funcionando simultaneamente, num mesmo setor da economia e num mesmo período, quer dizer, internamente, na fazenda feudal, as relações dos modos de produção eram feudais, mas externamente, eram capitalistas, sendo que o país se ligava ao resto do mundo através deste pólo externo.

Essas formações econômicas básicas não se limitam a coexistir, pressionam uma sobre a outra, estavam permanentemente em conflito, modificando as relações de produção e resultando em formas mais evoluídas.

Para Bielchowsky (1988, p.258) outro aspecto básico da tese da dualidade está intimamente ligado ao materialismo histórico de Marx, sendo que os modos de produção vão se sucedendo e transformando-se em outros, “através das transformações que ocorrem nas relações de produção que determinam o desenvolvimento das forças produtivas e são por elas determinadas”

Em cada uma das transformações surgia uma “nova formação dominante” decorrente da formação que desaparecia pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Segundo Rangel (1953) a dualidade surgiu pelo fato de que o desenvolvimento brasileiro surgiu como complemento ao ocorrido em outros países mais adiantados. No momento em que ocorre a industrialização para substituição de importações em que o crescimento ocorre a partir de uma necessidade interna, a teoria da dualidade perde a sua validade, pois estavam sendo homogeneizadas as relações de produção do país, ou seja, as transformações do latifúndio feudal em unidade capitalista.

Esta tese está sendo colocada resumidamente aqui porque é de fundamental importância para se entender a questão agrária na visão deste autor.

### *2.2.2 Determinantes da dinâmica capitalista*

Em suas obras, Rangel apresenta o ciclo de Kondratieff e o ciclo de Juglar, que são dois movimentos na raiz da dinâmica da economia brasileira. A seguir, apresentaremos rapidamente estes dois ciclos.

As economias centrais são as que criam novas tecnologias e as que geram ondas largas, ou ciclos longos, que apesar de ser um processo que ocorre fora da economia brasileira, define a natureza e intensidade das relações da nossa economia com o exterior, e também, através deles, muda internamente. Estes são os chamados ciclos de Kondratieff.

Os ciclos de Juglar estão relacionados à questão da industrialização, por isso estão estreitamente ligados ao processo que aconteceu no Brasil. Aqui, a industrialização ocorreu da necessidade de substituir as importações. Esta, por sua vez, aconteceu sem uma reforma agrária, o que resultou em pontos de estrangulamento e capacidade ociosa.

A passagem de um ciclo para outro, segundo Bielchowsky(1988, p.262) “é problemática, exigindo por parte do Estado a introdução de mudanças institucionais que instrumentalizam a retomada do processo de crescimento (...) pois a organização do investimento nos setores atrasados possibilita a transferência de recursos oriundos da utilização da capacidade ociosa.”

### *2.2.3 A Inflação Brasileira (1978)*

Esta obra é a mais conhecida de Rangel, apesar de só aparecer em 1962, e da mesma forma que nas outras teorias, tratou esta questão de forma diferente e divergente das correntes de pensamentos que a debatiam.



Para Bielschowsky (1988) sua posição sobre crise e inflação provavelmente se fortaleceu com a discussão sobre planejamento e capacidade ociosa.

Da mesma forma que a sua teoria da dualidade, a sua análise sobre a crise e o fenômeno da inflação brasileira de 1962 também foi absolutamente original. A primeira questão a ser resolvida segundo Rangel (1963, p. 109) em seu “Escopo de um programa para o próximo milênio” era o problema da capacidade ociosa, que ocorre nas atividades exportadoras, na indústria de bens e consumo. Esta teoria, resumidamente, quer dizer que o sistema de produção existente tenda a gerar demanda global insuficiente para a oferta de bens e serviços já existentes e que pode comandar. Essa demanda insuficiente é formada pela população excedente das grandes cidades, gerada pela força de trabalho que sai do campo decorrente da pouca oferta de mão-de-obra e atraídas pelas novas indústrias, em busca de empregos.

Como a oferta de mão de obra era excedente, fazia com que os salários fossem pressionados para baixo e permitia uma taxa elevada de exploração do trabalho, aumentando a mais valia do capitalista. Disto resultava uma insuficiência de demanda de bens de consumo, pois estando os trabalhadores explorados e com baixos salários, não tinham poder aquisitivo para comprar além do necessário a subsistência.

A capacidade ociosa segundo Rangel (1978) corresponde basicamente a mais valia não realizada, ou seja, é gerada através da exploração do trabalhador pelo capitalista ao pagar salários muito baixos, fazendo com que ele não possa comprar os bens que ele produz.

Para Bielchowsky (1988, p.276), essa teoria em relação à inflação e crise, era totalmente contraditória aos que a interpretavam como resultante de falta de poupança e excesso de demanda por consumo.

Outro ponto de polêmica ligado ao pensamento de Rangel sobre a inflação foi que, ele defendia certa dose controlada na economia, o que, segundo ele, desempenharia um papel benéfico naquele momento de recessão que não permitia medidas para estabilização.

Para Rangel, o que gerava inflação naquele momento era a comercialização dos produtos agrícolas no mercado interno, que estando em posição privilegiado, poderia manipular oferta e preços agrícolas:

“Noutros termos, manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa; apoiado nessa escassez por ele mesmo induzida, aproveita-se da inelasticidade da demanda, a qual deixa indefeso o público consumidor, para impor a este preços extorsivos, perenemente em alta, arrastando sem sua esteira todo o sistema nacional de preços” (RANGEL, 1978, p.90).

Segundo Rangel (1978, p.78), a inflação era resultante desta anomalia no processo de formação de preços, sendo que com esta elevação nos bens agrícolas que são de subsistência, a demanda pelos bens de consumo diminui, rompendo o equilíbrio das empresas produtoras desses bens, que passam a exercer pressão sobre o sistema bancário que por sua vez transmite este impulso ao próprio Estado.

Além disto, três outros fatores contribuem para a inflação, segundo Rangel (1978, p.93-99): a estrutura oligopólica da grande indústria brasileira, a inexistência de controle estatal dos serviços de utilidade pública e a instabilidade cambial.

A conclusão de Rangel (1978, p.78) foi de que a inflação, naquele momento, estaria desempenhando o papel de retomar o crescimento e amortecer a crise cíclica, pois com ela as pessoas davam preferência aos bens materiais e se elas conservassem seus recursos sob a forma monetária, ter-se-ia uma “redução do nível geral de atividade do sistema econômico por valor que seria um múltiplo dos recursos retidos”.

A solução dada por ele era que deveria ser aplicado o capital nos setores públicos da economia existia no país capacidade para implantação desses setores. Para Bielschowsky (1988, p. 276) para que isto acontecesse, deveria ser feita uma reforma tarifária dos serviços públicos que tornasse rentável essa nova aplicação de capitais.

#### *2.2.4. A Questão agrária*

Como o objeto de estudo deste trabalho é a reforma agrária, aqui nesta seção, vou tratar dela de forma bem resumida, para ser desenvolvida em capítulo posterior.

Esta questão da reforma agrária, segundo Castro (2005, p.31) está diretamente ligado a terceira dualidade, ou seja, o desenvolvimento capitalista relacionado a esta fase provocou transformações na agricultura e na industrialização brasileira, gerando uma profunda crise agrária.

Aceitando a existência na economia de dois modos de produção simultâneos, segundo a tese de Rangel (1978), na agricultura isto seria representado pela unidade feudal, que seria o pólo interno e uma unidade capitalista, o pólo externo. Eles estão em constante transformação através do desenvolvimento das forças produtivas e a relação de produção “internas” e “externas”.

Se os modos de produção estão em constante transformação, a nova etapa do desenvolvimento brasileiro, segundo Rangel (1962) consistia numa industrialização e dissolução da arcaica estrutura produtiva rural. E é nesse contexto que surge a crise agrária através da dificuldade ajuste entre as condições de produção no campo e a demanda internacional pelos produtos transformados pela indústria (produtos de exportação) e conseqüente desenvolvimento do capitalismo industrial.

Para Rangel (1962, p.271), a crise correspondia tanto a dissolução do complexo rural como a destruição do modo de produção predominante no campo feudal: “(...) o “complexo rural” preexistente ia sendo dissolvido, dando lugar a homogeneização crescente da produtividade do trabalho na economia nacional. Simultaneamente, transformavam-se as relações de produção no campo, generalizando-se as relações capitalistas na economia como um todo.”<sup>21</sup>

Analisando a crise econômica dos anos 60, o autor considerava que a reforma agrária seria uma das formas de se obter uma redistribuição de renda que pudesse elevar o consumo e reanimar a economia. Mas também tinha consciência das dificuldades de se fazer uma reforma desta maneira, pois elas viriam tanto da burguesia ligada ao latifúndio e até mesmo dos trabalhadores rurais e urbanos. Também não encontraria apoio político, pois naquele momento os aliados políticos estavam divididos na luta contra o imperialismo.

Então, para o autor a solução para a crise econômica da época seria a criação de um sistema de financiamento para as forças produtivas nacionais que incentivaria o

desenvolvimento do capitalismo industrial ligado ao desenvolvimento da estrutura feudal e da transformação de novas relações de produção capitalistas.

### *2.2.5. O papel do Estado na economia*

Em Castro (2005, p.34) o papel do Estado na economia se resumia em subsidiar o desenvolvimento das forças produtivas, atuando não só como planejador, mas também como empreendedor.

Mas para essa intervenção, seria necessário modificar tanto o papel do Estado quanto do setor privado, sendo que o primeiro controlaria os setores com oportunidades de investimento e o segundo os setores com poupança potencial.

Isto permitiria duas soluções: a primeira seria de os investimentos realizados pelo Estado nos setores de infra-estrutura serem subsidiados pela transferência dos lucros gerados pela ocupação da capacidade ociosa do setor industrial por via financeira ou tributária. A segunda opção seria a privatização deste setor, integralmente ou não.

Toda essa reorganização permitiria a queda no preço das terras, pois estaria perdendo a sua função de reserva de valor ou de ativo de especulação, permitindo o acesso de toda a sociedade a propriedade fundiária.

## **CAPÍTULO 3 – QUESTÃO AGRÁRIA - DE 1930 A 1970**

### **3.1 Introdução**

Para que possamos desenvolver e entender melhor a teoria de Inácio Rangel, primeiramente vamos tentar entender no que de fato consiste a questão agrária, e como era vista por alguns dos mais importantes autores no período que ele desenvolveu suas teorias. Da mesma forma, vamos descrever brevemente o momento econômico, político e social do país no período de 1930 a 1970.

### **3.2 A questão agrária segundo José Graziano da Silva**

Segundo Silva, (1980, p.7) o debate sobre a questão agrária vem se intensificando nos últimos anos. Começou na década de 30 com a crise do café e voltou nos anos 50 juntamente com a industrialização, época em que acreditava-se que a agricultura brasileira era motivo de atraso para a economia do país.

O debate da questão agrária nos anos 67 a 73 só aparecia nos momentos de crise, quando a economia estava atravessando momentos de desenvolvimento, como na época do milagre, essa questão ficava escondida. Ela só foi retomada em 77 juntamente com o debate da abertura política do país, onde o governo escolhe a agricultura como “meta prioritária”.

Silva (1980, p.10) cita Rangel ao falar da existência da “crise agrícola” e da “crise agrária”. A primeira tem a ver com o que, onde e quanto se produz, sendo que as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Já a crise agrária tem a ver

com as transformações nas relações de produção, a maneira de organizar o trabalho e a produção, nível de renda, emprego e a produtividade dos trabalhadores rurais.

O desenvolvimento da agricultura vem acompanhado do crescimento da indústria, pois um fornece condições e depende da outra. Mas a mudança das relações capitalistas na agricultura aconteceu de forma diferente do que na indústria, segundo Silva (1980, p.20) pois a terra, que é o meio pelo qual a agricultura se desenvolve, não é possível de ser multiplicada como as máquinas e outros meios de produção da indústria. O fato dela ser limitada faz com que a sua posse seja tão disputada e a forma como está distribuída define o processo produtivo na agricultura.

Esta distribuição começou no início da colonização brasileira, com as chamadas sesmarias, que era a doação de grandes extensões de terra a particulares, surgindo daí os grandes latifúndios e o tráfico negreiro para suprir a necessidade de mão-de-obra.

Este regime de sesmarias foi extinto no início do século XIX, período em que não havia outra regulação que garantisse o direito a terra. Foi neste tempo que os pequenos produtores tiveram uma pequena expansão das suas terras. Para resolver esta questão e não permitir que qualquer pessoa pudesse ter acesso as terras, foi criada a Lei de Terras em 1850 onde ao mesmo tempo só permitia o acesso a terra a quem tinha dinheiro para comprá-las e garantia a mão-de-obra necessária para substituir os escravos.

Este período da abolição da escravatura até a criação da Lei de Terras 1850 a 1888 marca a decadência do período escravista e o surgimento de uma pequena indústria que fabrica itens de consumo para nascentes centros urbanos, o que começa a provocar pequenas alterações na produção agrícola, pois é a partir da agricultura que surgem as matérias-primas para a produção destes itens.

No período de 1933 a 1955 o setor industrial se consagra aos poucos e o centro da economia passa a se deslocar do setor cafeeiro, devido a crise provocada pelas alterações de preços e os reflexos sentidos pela crise de 29, fatos que fazem com que o país deixe de ser somente agrícola.

Durante o seu período inicial, a industrialização se faz pela substituição de importações, ou seja, era estimulada através das barreias alfandegárias a importação de determinados produtos.

Segundo Silva (1980, p.27) esse processo fica mais difícil na medida em que mudam os produtos a serem gerados internamente, pois vai fazendo-se necessária a implantação de uma indústria pesada no país – siderurgia, eletroquímica, material elétrico – o que acontece no período de 1955/61. O ciclo da industrialização foi fechado e agora o que aponta é a questão da industrialização da agricultura.

Essa industrialização na agricultura corresponde a instalação de fábricas de máquinas e insumos necessários ao aumento da produtividade do setor. Para garantir um mercado consumidor, o Estado incentivou através de políticas agrícolas a aquisição desses novos produtos, acelerando o processo de modernização da agricultura brasileira.

Neste período, Silva (1980, p. 28) diz que a industrialização da agricultura brasileira entrava numa nova etapa, em que os vários diagnósticos inspirados na CEPAL apontavam que ela seria um fator limitante a industrialização do país, devido a estrutura agrária ser extremamente concentrada, resultando num ponto de estrangulamento para a industrialização.

Isto se deveu ao fato de ter sido considerado que a extrema concentração de terras não resultavam em demanda para os bens produzidos na indústria, então esta expansão no setor agrícola em nada ajudaria o setor industrial, que precisava de mercado consumidor para os seus bens.

Segundo Silva esta concentração aumentou ainda mais, mas houve uma transformação das relações internas de produção na agricultura que fez com que esta respondesse às necessidades da industrialização,

“a)um aumento da oferta de matérias-primas e alimentos para o mercado interno sem comprometer o setor exportador que gerava divisas para o processo de industrialização, via substituição de importações;

b) a agricultura se conectou ao circuito global da economia não apenas como compradora de bens de consumo industriais, como também houve o que podemos chamar de uma verdadeira “industrialização da agricultura”, na medida em que esta passou a demandar quantidades crescentes de insumos e máquinas geradas pelo próprio setor industrial.” (SILVA, 1980, P.30).

O aumento da concentração de terras citado anteriormente refletiu diretamente na questão da urbanização do país, funcionou como acelerador deste processo segundo Silva (1980, p.38) porque os pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários foram perdendo o território que possuíam e tiveram que mudar para a cidade em busca de uma forma para sobreviver.

Esta urbanização fez com que fosse ampliado o mercado interno para a indústria e transformou a própria atividade agrícola. O primeiro porque as pessoas que antes moravam no campo e produziam os bens de subsistência, agora na cidade, terão que cumprá-los, o que faz com que a indústria se desenvolva a partir deste aumento de demanda. O segundo porque a agricultura não poderia voltar-se somente a exportação, tinha que produzir também para o setor urbano. Isto fez com que houvesse uma expansão do setor mercantil de alimentos, havendo uma especialização na produção.

Esta especialização fez com que a agricultura ajudasse a outros setores não agrícolas, mas ligados a ela, a se desenvolverem. Setores produtores de insumos e meios de produção, ou seja, a própria agricultura se industrializou sendo compradora de produtos industriais e produtora de matérias primas para as atividades industriais, de acordo com as palavras de Silva:

“A moral da estória é simples: a própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão. De um lado, pelo processo simultâneo de ampliação da fronteira agrícola e de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. De outro lado pelas transformações que provocou na própria agricultura, ao transformá-la em “indústria”, que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias-primas para as indústrias de alimentos, tecidos, etc.).” (SILVA, 1980, p.40-41).

### **3.3 Questão Agrária na visão dos progressistas e conservadores**

Para Gonçalves (1999) a Questão Agrária era tema central nos debates da economia nacional dos anos 60, período da implantação da indústria pesada no país, processo este que exigia a modernização da agricultura.



Para que esta modernização ocorresse, havia vários caminhos. Um era a “modernização conservadora”, que era a expansão do moderno e a eliminação do tradicional, e outro a “modernização estruturalista”, que buscava o avanço do moderno e a modernização do tradicional.

Gonçalves (1999) afirmava a existência de dois blocos fundamentais das forças políticas envolvidas neste debate: os conservadores e os progressistas. Para os primeiros, a Questão Agrária não era essencial para que ocorresse a modernização e a exclusão social que derivaria da não solução desta questão seria solucionada fora dela. Para os segundos, ao não se resolver a Questão Agrária estaria agravando a realidade política e social excludente já existente.

Do lado conservador Alberto Passos Guimarães preconiza a determinante feudal da colonização brasileira, o monopólio da terra é central em sua análise, que, segundo ele, ainda é uma característica que sobreviveu do feudalismo, e ainda está nos nossos dias dentro dos latifúndios.

Gonçalves (1999) diz que a solução não seria somente a distribuição de terras do latifúndio, mas depende de romper as relações de dependência e opressão criadas no feudalismo e ainda existentes no latifúndio, onde o problema central não é sua grande produção, mas sim as relações de produção aí presentes, ou seja, a exploração dos senhores sobre a massa trabalhadora do campo.

Caio Prado Júnior, através de sua análise datada da metade da década de 60, critica a revolução agrária como forma de superar os reflexos do feudalismo. Ele não nega a condição de exploração dos trabalhadores pelos donos de terra, mas diz que isto decorre da grande exploração rural decorrente da relação entre a grande propriedade fundiária e com o trabalho coletivo.

Com esta análise, o autor deixa claro que não é a extensão de terras em si que se torna um obstáculo ao desenvolvimento capitalista, ao contrário, a agricultura industrializada e moderna estaria se tornando um fator a mais para o desenvolvimento do país. Mas o problema central estava ligado ao fato de que as grandes propriedades necessitavam de uma massa muito grande de mão-de-obra, e historicamente, isso resultava em exploração elevada da força de trabalho. Então, em suma, para ele, a resolução desta luta entre trabalhadores e grandes

agricultores está na garantia dos direitos trabalhistas, que, se forem implantados, eliminariam empresas capitalistas que não conseguirem se adaptarem a esta nova situação, resultando no desmembramento da propriedade.

Gonçalves (1999) ainda expõe a visão de Celso Furtado no início da década de 70, que faz parte dos progressistas e defende a modernização da agricultura. Através dela, seria eliminado o atraso e a miséria rural trazendo crescentes níveis de exclusão social no Brasil. Ele afirma ainda a existência de um sistema de privilégios concedido à empresa agromercantil responsável pela extrema concentração da renda nacional, problema este que deve ser tratado na sua estrutura, não somente de fachada, onde fica marginalizada a grande massa da população do país.

Ainda nesta exposição dos autores progressistas, Gonçalves (1999), coloca a visão de Ignácio Rangel sobre a questão agrária, que não será colocada aqui pois se trata de assunto para o próximo capítulo.

Do lado dos conservadores, Gonçalves (1999) expõe a análise de Ruy Miller Paiva para contrapor aos progressistas. Esta análise foi datada no final da década de 60 e tinha como pressuposto a industrialização com a função “homogeneizadora das condições estruturais”. Isto referia-se a pequena parcela de agricultores que faz a agricultura moderna face uma grande maioria que mantém técnicas tradicionais, explicitando um dualismo tecnológico a ser vencido para modernizar a agricultura.

A visão dele é contrária aos demais principalmente no que diz respeito ao dualismo tecnológico, pois para ele, apesar da divisão de terras ter sido desigual, isso economicamente não é fundamental, pois com essa má divisão, a população de pequenos agricultores é grande e sua posição muito difícil, sua renda e salários são muito baixos e não suficientes para expandir sua propriedade ou até mesmo se tornarem proprietários. Ainda nesta análise, Gonçalves (1999) mostra como Paiva é contrário a teoria de dependência servil do pequeno produtor ao dono de terra, que considera dramática. Sua posição é de que a pobreza de pequenos produtores agrícolas vem da baixa produtividade da agricultura, devido a forma tradicional e atrasada de produzir face à modernização e maior produtividade do setor latifundiário.

### **3.4 A evolução da agropecuária de 1930 a 1964**

Segundo Szmerecsanyi (1986), na coletânea organizada por Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira* (1962) este período é marcado pela industrialização e desenvolvimento da agropecuária, mas para entender este desenvolvimento, é preciso fazer um levantamento de como estava o país neste período, nos termos econômicos, políticos e sociais.

Neste período, para Gonçalves (1999), inicia-se um processo lento de industrialização que se completaria com a 2ª Revolução Industrial. Através da transferência de renda de outros setores para a indústria, esta era fortalecida, e ao mesmo tempo, aumentava a urbanização, pois a cidade era vista como mais atrativa do que o campo, em relação aos ganhos.

A Revolução de 30 serve para romper a política de cúpula entre os principais exportadores de café, e foram impulsionadas pelos tenentistas que tinham uma visão renovadora e condenadora da oligarquia rural. As principais teorias eram de Luís Carlos Prestes que tinha uma visão muito crítica da classe proprietária dos meios de produção, dizendo que somos explorados por eles e a única saída seria uma revolução consciente através das massas da cidade e do campo para inverter a situação. Outra linha de pensamento era de Juarez Távora que dizia que não era através de uma inversão de poder das classes pela revolução que resolveria, pois isto apenas inverteria os pólos da injustiça social, um equilíbrio da representação social de todas as classes seria a saída mais sensata. Os tenentes, que tomaram o poder em 30, acabaram acatando esta visão.

Mas, segundo Gonçalves (1999), quase nada do que foi idealizado foi concretizado no contexto rural pelos tenentistas, o que restou foram tímidos projetos de colonização, que eram colônias promovidas pelo governo federal em colaboração com os governos estaduais e destinadas a receber e a fixar como proprietários rurais brasileiros pobres que pudessem praticar a agricultura, porém, os resultados mostraram-se insignificantes.

O período de 1936 a 1945 traz a questão agrária no debate nacional, e a sua reforma aparece como imprescindível para o desenvolvimento da nascente indústria. Porém, apesar de

os governos Getúlio Vargas e JK terem tentado implementá-la não tinham o apoio nem do Congresso nem do Executivo.

Com a implantação do Plano de Metas de JK para fortalecer e desenvolver a indústria e infra-estrutura, a questão agrária aparece novamente como aliada a esse processo de industrialização, mas o fez recuar diante das forças poderosas e conservadoras das oligarquias rurais que encontraria pela frente. Sendo assim, o Plano de Metas não teve grandes objetivos para a agricultura e mais uma vez a reforma foi adiada.

Após o final do Governo JK, Jânio Quadros assume com um discurso contra Juscelino, mas também não consegue tomar medidas para superar a crise e coloca a reforma agrária como saída para amenizar a pressão dos movimentos organizados que pressionam para uma mudança social.

Segundo Gonçalves (1999), com a renúncia de Jânio, assume João Goulart, considerado um progressista e comprometido com reformas, principalmente com a Reforma Agrária. Respondendo a esta expectativa, em seu governo é enviado pelo Congresso o texto final do Estatuto da Terra. A sua tramitação não ocorreu sem conflitos, foi problematizada pelos ruralistas resultando na lentidão do processo e impedindo a sua aprovação. Apesar dos limites impostos pela reação latifundiária, Goulart dá passos importantes, criando em 11/10/1962, a SUPRA, e em março de 1963 é aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que normatiza as relações de trabalho no campo antes somente defendidas pelo que estava registrado na legislação trabalhista.

Mas a reação dos latifundiários ganhou força mesmo com as medidas governamentais de 15/03/64 com o decreto de desapropriação para reforma agrária de faixa de terras de 10 km de cada lado ao longo de obras de infra-estrutura construídas pela União. Decorrente disso, em 1964, Goulart foi deposto pelo golpe militar, o que para Gonçalves (1999, p. 97) “ (...) o perene poder conservador mostra-se capaz de sustentar suas posições de domínio sobre a sociedade.”

O período de 1946 a 1964 encerra-se sem reformas estruturais no campo e a Reforma Agrária é novamente adiada.

## **CAPÍTULO 4 – A QUESTÃO AGRÁRIA NA VISÃO DE IGNÁCIO RANGEL**

### **4.1 Considerações de Rangel sobre a relação da agricultura com a industrialização**

Iniciamos o estudo pela parte principal: industrialização e agricultura, pois desta relação é que o autor teoriza e projeta cenários de como seria possível uma reforma agrária.

Para Rangel (1955, p. 16) o problema da industrialização requer que a agricultura aumente sua oferta de bens agrícolas e ao mesmo tempo libere mão-de-obra para a indústria.

Mas isso a princípio parece ser contraditório, pois como aumentar a oferta de produtos e diminuir a oferta de mão de obra? A resposta que o autor dá é que aumentando a produtividade do trabalho, ou seja, inserindo novas técnicas de produção, transformando a produção agrícola familiar em agricultura capitalista aumentaria-se a oferta.

Mas isto geraria uma outra questão: a diminuição da produtividade da terra, ou seja, quanto mais se aumentaria a produtividade do trabalho, mais aumentaria a oferta de terras. Isto ocorreria devido a introdução de novas máquinas e técnicas que tornam possível produzir cada vez maiores espaços de terra com menos mão-de-obra. Ao mesmo tempo, cada vez mais são oferecidos novas terras para cultivar, que podem ser espaços antes não acessíveis ou até mesmo improdutivos, tornados férteis com novas técnicas de cultivo.

Aumentar a produtividade do trabalho na agricultura seria industrializá-la. Para tanto, seria necessário que ela passe por uma modificação na sua estrutura, ou seja, introdução de tecnologia e organização interna.

Percebe-se com isso que a agricultura e a indústria têm uma grande dependência, a agricultura produz e a indústria transforma em produto acabado para o consumo final.

Dentro desta questão de industrialização e agricultura, o fator mão-de-obra aparece como excedente. Isto ocorre porque com a industrialização da agricultura ocorre o aumento da produtividade do trabalhador, quer dizer, com a possibilidade de inserir máquinas e equipamentos na produção, será necessário cada vez um número menor de trabalhadores por área de produção. Então, esta mão-de-obra excedente muda-se do campo para a cidade, buscando emprego na indústria nascente, provocando o êxodo rural.

Porém esta não é capaz de absorver todo o excedente, então, o que fazer com a massa trabalhadora que não é empregada, ou ainda, com o caso da mão-de-obra em períodos de baixa temporada?

Se a industrialização causa a transferência da mão-de-obra do campo para a cidade, esta então será capaz de reproduzir-se sozinha aumentando a quantidade de trabalhadores e produção per capita da indústria a salários cada vez menores. Isto ocorre porque quanto maior é a oferta de trabalhadores menor será o seu salário devido a redução do seu poder de barganha frente ao empregador, que aproveitando-se da situação, criaria as condições das quais depende, ou seja, consumidores para seus produtos e condições de reprodução do capital.

O autor utiliza o texto de Gilberto Paim (1957) para falar sobre a economia natural, que teoriza que se a economia brasileira surgiu do comércio exterior então toda a produção voltada para consumo interno será através de substituição de importações, e seu aumento significaria reduzir o grau de divisão do trabalho.

Rangel ainda cita Paim (1957) para dizer que a economia se torna agrária somente quando se faz através de substituição de importações, ou seja, se faz em âmbito natural e se urbaniza quando se faz em âmbito mercantil. Então, a industrialização se dá quando a substituição de importações se faz em condições capitalistas, ou seja, para suprir a demanda por produtos antes importados.

Com a industrialização surge a necessidade de novas máquinas e equipamentos, geralmente não existentes no país, e de mão-de-obra que será empregada pelas famílias urbanas ou pelas unidades agrícolas em trabalhos não agrícolas.

Há também uma mudança na procura dos bens e serviços, necessidade criada pela produção de bens que antes não existiam. O comércio se expande assim como os transportes, a construção civil, os serviços, enfim, a cidade se urbaniza e cresce cada vez mais.

Essa nova procura expande a balança de pagamentos, pois através do aumento da demanda, há uma diminuição da oferta que aumenta os preços, aumentam-se as importações.

Segundo Rangel (1955, p. 22) para manter o processo de industrialização a demanda não pode ser maior que a capacidade de importação, porque se as importações aumentarem muito significa que a industrialização não está sendo eficiente no seu processo de produzir internamente o que antes era importado.

## 4.2 Questão Agrária Brasileira

Segundo Rangel (1962, p. 23) estudando-se a história, vemos que o complexo da crise agrária se resume em superpopulação e superprodução.

No Nordeste, por exemplo, há o acúmulo de população rural que emigra para as cidades, ou seja, excedente de mão-de-obra que o sistema não consegue absorver. A solução disto para o autor seria a mudança no enquadramento institucional:

A população é, afinal, a primeira das forças produtivas de que dispõe o corpo social e sua expansão além do ponto em que pode ser economicamente aproveitada, com a formação de superpopulação, é a forma típica como uma determinada estrutura social, o feudalismo, entra em crise. (RANGEL, 1962, p. 23).

No período do feudalismo, por exemplo, os senhores de terra tentam aproveitar ao máximo a produtividade da terra, adotando este crescente número de trabalhadores para produzir cada vez mais. Porém, isso fez com que caísse a produtividade do trabalho, pois crescia cada vez mais o número dos trabalhadores por pedaço de terra e a produção não acompanhava este crescimento, havia um número cada vez maior de trabalhadores para uma mesma quantidade de produção.

Já no período do capitalismo, com a divisão social do trabalho, busca-se ou impõe-se a agricultura metas de aumentar a produtividade do trabalho ao invés de aumentar a produtividade da terra, ou seja, produzir mais com menos mão-de-obra. Como cada trabalhador se encarregava uma etapa do processo, acabava se especializando, e pelo fato de ter uma tarefa repetitiva, com o passar do tempo e da prática, a fazia cada vez mais rapidamente, produzindo mais em menos tempo.

Esta meta poderia ser usada no aumento da produtividade da terra quando surgisse o problema da limitação, mas segundo Rangel, isto está muito longe ainda no Brasil:

As próprias soluções tecnológicas engendradas pelo capitalismo e pelo socialismo, até agora, condicionam a direção do esforço principal no sentido da elevação da produtividade do trabalho, mesmo ao preço da queda da produtividade da terra. (RANGEL, 1962, p.24).

No período em que houve a passagem de formas feudais para capitalistas exigiu-se uma mecanização que não estava disponível na época, e só na década de 60 começa a ser suprido, porém a por preços muito elevados. Na monocultura, em contrapartida, este capital necessário foi suprido localmente, já que as máquinas necessárias foram encontradas no mercado local.

O aparecimento do capitalismo no campo faz surgir uma maior produtividade do trabalho sendo necessários menos trabalhadores para produzir mais do que antes produziam. Isto se deve ao fato da introdução de tecnologia, novas máquinas e equipamentos, novas formas de produção, que reduzem a quantidade necessária de mão-de-obra e aumentam a produção em menos tempo de trabalho

Para Rangel (1962), esta substituição do homem pela máquina, faz com que a mão-de-obra excedente migre para a cidade, contribuindo para suprir a mão de obra da industrialização. Essa indústria nascente produzirá bens de consumo final, que são cultivados no campo e transformados pela indústria.

O capitalismo no campo requer um aumento da produtividade do trabalho e queda da produtividade operária. O aumento da produtividade do trabalho gera um aumento de terras improdutivas pois com a nova tecnologia produz-se muito mais em menores espaços, sendo que o latifundiário acaba não produzindo em toda a sua propriedade. Já a queda da produtividade operária gera um excedente de mão-de-obra que migra para a cidade, já que no campo com a introdução de máquinas e novas técnicas diminui a oferta de trabalho.



No caso da pequena família agrícola, a chegada do capitalismo agrário fez com que elas migrassem do campo para a cidade em busca de novas oportunidades. Isto não prejudicou a produção, porque a imigração surge da mão-de-obra excedente. Pelo contrário, esta imigração fez com que aumentasse a renda per capita da região, resultando num aumento do investimento e gerando um aumento da demanda por mão de obra.

Até aqui, está posta a questão agrária desde o feudalismo, que Rangel (1962) considera grave. A solução apresentada por ele, segundo suas próprias palavras: “Não é, portanto, um plano de reforma agrária, nem um anteprojeto de estatuto da terra, nem um projeto de lei (...) representa um esforço de conceituação da questão agrária brasileira e de inserção da mesma na atual problemática nacional” (RANGEL, 1962, p. 33).

Quando ele fala de mudança institucional, está referindo-se aos latifúndios surgidos da fazenda de escravos, e que ainda têm sua estrutura arcaica, atrasada, feudal em relação às presentes condições do país, são pequenas propriedades orientadas para pequena produção. Mas ao mesmo tempo está submetido às regras vigentes, comporta-se como uma empresa comercial então nada impede que ele se modernize internamente também, ou seja, suas relações de produção, máquinas e equipamentos.

O que Rangel (1962) quer dizer é que a reforma agrária, da mesma forma que uma mudança interna na agricultura, deve ocorrer de dentro para fora, de dentro da estrutura agrária mas envolvendo todo o sistema econômico do país.

### **4.3 As propostas de Rangel para uma Reforma Agrária**

Primeiramente, Rangel (1962) sugere uma criação de um lote para o assalariado da moderna fazenda capitalista, o que considera urgente tanto para o trabalhador quanto para a empresa agrícola. O problema disso estaria no fato de que este lote seria de propriedade e não poderia ter estabilidade, pois estaria dentro do regime de contratação de locação de serviços, ou seja, seria de propriedade do trabalhador enquanto assalariado da fazenda.

Para resolver esta questão, o lote deveria ser fora da fazenda em terra pública ou de propriedade do trabalhador. Mas aí surgiria outra questão: como conseguir estas terras? O Estado daria ou venderia à preços mais baratos?

Segundo o autor, caso isso fosse implantado, resultaria na criação de um numeroso semi-proletariado agrícola que aumentaria a oferta de mão-de-obra na agricultura. Sendo assim, o trabalhador teria sua casa própria e auto-consumo, podendo empregar os membros ociosos da família, fazendo com que ela se reconstituísse. O excedente de mão-de-obra que havia migrado para as cidades seria reabsorvido.

Para Rangel (1962) o fato mais importante disso seria que os trabalhadores seriam independentes, livres de verdade e as condições de trabalho seriam melhores, pois eles não estariam submissos a uma única condição de reproduzir a vida.

Mas para que este pequeno produtor pudesse competir no mercado e vender seus produtos por um preço justo, deveria ser mudado o modo de comercialização. Com a existência de um monopólio regulando a escassez e ditando preços, o pequeno produtor fica de fora e agricultura se torna ainda mais atrasada.

A medida que deveria ser tomada em relação a esta questão do monopólio, seria a implantação de uma eficaz garantia de preço mínimo ao produtor agrícola através de organização do crédito para que realmente chegue ao produtor, utilização e expansão da rede de silos e armazéns, revisão da postura do intermediário e revisão da política fiscal para desobstruir os canais de escoamento da produção.

Isto resultaria em organização da produção, transformando as pequenas unidades agrícolas em empresas capitalistas privadas ou cooperativas, ou ainda pequenas explorações individuais.

Para Rangel (1962), para que estas medidas fossem possíveis, o Estado deveria intervir como supridor da terra, dispondo de suas próprias ou induzindo o proprietário privado a fazê-lo, tornando-se um comprador e aumentando os preços, porque terra é questão econômica e não jurídica.

Em relação a passagem do latifúndio agrícola para pecuária comercial Rangel diz que isso fez a produtividade do trabalho aumentar, mas diminuir a produtividade da terra, devido a utilização de grandes extensões para a criação de gado.

Com a pecuária comercial a renda da terra elevou-se fazendo com que sua oferta diminuísse. Isto ocorre porque, através dos ganhos com a criação de gado a demanda por terra aumenta pressionando a oferta para baixo e o preço para cima. Dentro deste cenário, a economia reage pela incorporação de novas áreas (surto rodoviário e saneamento de áreas insalubres) e por novas técnicas agrícolas, elevando a oferta novamente e estabilizando o preço. O aparecimento de um mercado mobiliário para papéis públicos e privados fez com que o preço caísse ainda mais.

Em relação à industrialização, Rangel (1962) diz que uma economia neste processo tem necessidade de produtos para exportar, o que não pode ser feito de outra forma a não ser através de bens agrícolas. Isto traz à tona outra questão - a mão-de-obra - deve-se retê-la, liberá-la ou reabsorvê-la? Segundo o autor, esta questão é pouco estudada porque é mais complexa, exige uma compreensão mais dinâmica da economia.

Em relação a agricultura, o autor afirma que ela não deve ser tratada como uma questão separada na economia, como uma forma de produção somente, ela também pode ser considerada uma indústria, que produz bens para depois serem transformados pela indústria da transformação até chegarem até o consumidor. Isto poderá ser facilmente percebido se fizermos uma análise das relações insumo - produto ou uma relação entre os diferentes setores da economia.

Podemos considerá-la como uma indústria também se percebermos que ela tem integrado dentro do seu sistema os três setores da economia: primário porque supre produtos agrícolas e explora recursos naturais; secundário porque transforma produtos primários em bens de consumo final e terciário, pois supre-se de serviços como comércio, transportes e armazenagem.

A idéia dos desenvolvimentistas seria tirar os setores secundários e terciários da agricultura para o primário se desenvolver mais, para que pudesse ser maximizado. Mas isso traria outro problema ligado às variações sazonais do regime de trabalho, fazendo com que

essa maximização do setor primário gerasse inatividade e ociosidade, que antes era utilizada nos outros setores.

Esse maior desenvolvimento do setor primário faria com que a mão de obra passasse das condições pré industriais para industriais, ou seja, a agricultura seria industrializada e os setores secundários e terciários antes supridos de dentro do próprio sistema seriam produzidos e supridos fora dele, fazendo com que estes outros setores também pudessem se desenvolver.

A reforma agrária neste contexto nada mais é do que aumentar ou diminuir a produtividade do trabalho nas atividades secundárias e terciárias do complexo rural, aumentando ou diminuindo a produtividade do setor primário.

Mas esta questão não depende somente de tomada de decisões ou de novas medidas políticas e econômicas por autoridades competentes, tem muito mais a ver em mudar a concepção do camponês e suas formas de produção e reprodução da vida e do trabalho.

Mudar a concepção do agricultor é um tanto complicado, pois ele age irracionalmente, de acordo com seu aprendizado empírico e através de gerações passadas. Não seria fácil introduzi-lo dentro de um sistema considerado ideal, ou seja, fazer com que entenda o mecanismo de produção de bens na economia, fazê-lo definir quanto alocar de recurso e mão de obra em bens primários e secundários ou terciários, fazê-lo entender a viabilidade em investir em outros setores.

Considerando que os três setores da economia estariam estabilizados a outra questão a definir seria a mão de obra: quanto dela deve ser retida na agricultura para produzir bens primários e quanto deve ser liberada para a indústria para transformar estes bens primários em bens de consumo final.

#### **4.4 Problemas da agricultura brasileira: próprios e impróprios**

Rangel (1962) define como problemas próprios, os diretamente ligados a agricultura, ou seja, a questão da superpopulação e da superprodução. Isto, para ele, implica no não funcionamento do mecanismo regulador do mercado de trabalho. Da mesma forma que na

economia como um todo as coisas tendem ao equilíbrio, sendo que o próprio mercado ajusta oferta, demanda e preços, também é assim na agricultura, que é capaz de ajustar a quantidade ofertada de bens agrícolas versus a mão de obra que absorve ou libera.

Na economia, quando o mecanismo da lei do equilíbrio ou lei da oferta e demanda não funciona o que acontece é escassez ou excesso de oferta ou demanda, aumento ou queda de preços. Na agricultura, quando este mecanismo deixa de agir resulta em abundância ou escassez de produtos agrícolas (superprodução ou escassez) ou mão-de-obra escassa ou liberada em excesso para as grandes cidades provocando o desemprego urbano.

Diante destas questões, Rangel (1962) propunha uma mudança da estrutura agrária através do desenvolvimento dos setores secundários e terciários dentro do complexo rural, resultando em diminuição da oferta de bens agrícolas levados a economia pelas famílias camponesas, fazendo com que elas famílias deixassem de migrar para as cidades e pudessem se desenvolver da estrutura agrária sem reduzir seu nível de renda.

Outra proposta era o incremento do comércio exterior para absorver a superprodução agrícola. Com o desenvolvimento de um comércio exterior, as cidades também se desenvolveriam e geraria uma maior oferta de mão de obra, absorvendo parte da população que vem do campo para a cidade em busca de novas oportunidades.

As soluções apresentadas acima são o que Rangel considera ideal para a situação dentro de uma questão agrária brasileira pura, porém a economia é dinâmica e não segue uma linha rigidamente traçada e facilmente previsível. Então a solução não consiste em somente teorizar uma saída e sim conseguir introduzi-la dentro do sistema e fazê-la funcionar. Isto é o ponto principal e mais difícil, pois além das questões de suprimento de produtos e de mão-de-obra, considerados próprios do setor agrícola.

Os problemas considerados pelo autor como impróprios, são aqueles indiretos à questão e que a influenciam no contexto geral. Explicando melhor, temos que um dos problemas próprios da questão agrária é a superprodução de bens agrícolas, mas dentro deste contexto de excedente, temos a escassez de certos bens, ou seja, de um lado produz-se muito de determinado produto enquanto que de outros, produz-se menos ou nada. Este é um problema impróprio ao da questão agrária segundo o autor, pois independente de se mudar a

estrutura agrária, deve ser resolvido, porque é uma questão relacionada ao mercado de bens agrícolas e não a reforma agrária em si.

O outro problema impróprio é o relacionado a escassez sazonal da mão de obra resultante do êxodo rural, ou seja, com a superpopulação na agricultura a oferta de mão-de-obra é maior do que sua demanda, que provoca o desemprego rural. Isto faz com que as pessoas se mudem para a cidade em busca de emprego, diminuindo a demanda por trabalho no campo e aumentando o salário rural. Isto não é aproveitado pelas classes assalariadas e prejudica o desenvolvimento do setor.

Estão definidos dois problemas próprios do setor agrícola: o excedente de bens agrícolas e a superpopulação rural; e dois problemas impróprios, sendo a escassez sazonal da mão-de-obra resultante do primeiro problema próprio do setor e a anomalia na estrutura da oferta agrícola, ou seja, escassez de certos bens agrícolas dentro de um contexto de superprodução, relacionado ao segundo problema, mas que não se deixa resolver com as mesmas medidas, estão relacionados, mas resolver a questão da superprodução não resolve ao mesmo tempo a questão da escassez de certo tipo de bem, isto independe da estrutura agrária de produção, depende de outra série de fatores.

Para Rangel, tanto os problemas próprios quanto impróprios fazem parte de um problema só, o da questão agrária, mas identificá-los não resolve em nada a questão, que se torna ainda mais complexa e longe de uma solução fácil ou simples.

## **4.5 Relação da mão de obra com o capital**

A industrialização dentro de um cenário de crise agrária é considerada uma anomalia para Rangel, pois depende dos bens agrícolas, que são os bens primários, para serem transformados em secundários. Então, ela seria uma resposta dada a questão da escassez de mão de obra, substituindo-a por máquinas e economizando no fator trabalho. O que resulta disso é o aumento de investimento, procura de novos bens de capital e novas construções, fazendo-se necessário o emprego desta mão de obra excedente resultante do êxodo rural.

Esta questão torna-se complexa exatamente por isso, pois industrializar dentro de um cenário de crise agrária parece antagônico, “(...) constitui um caso especial a examinar e explicar.”

A relação entre comércio exterior e crise agrária é de via oposta em relação a crise agrária e industrialização. Quer dizer, a superprodução agrícola será limitada através da absorção da mão-de-obra pela industrialização, reduzindo seu excedente e a procura de bens agrícolas para exportação resultará em aumento de procura pela mão-de-obra, tanto no setor industrial quanto no setor agrícola, resultando também em redução da superprodução.

Neste contexto de comércio exterior, temos que a procura pelos nossos produtos inclusive agrícolas se dá através de nações socialistas e outras que estão lançando-se no esforço de industrializar-se, porém juntamente com a exportação de bens de consumo, primários e de capital resultantes de nossa industrialização e juntamente com a substituição de importações a economia tornou-se auto-suficiente, inibindo investimentos, diminuído a procura de mão-de-obra e diminuído consumo interno. Isto reflete diretamente no agravamento da crise agrária, pois reduzindo-se investimento, cai a produção, cai a demanda por mão de obra, reduz-se os salários e o consumo, resultando em excesso de mão-de-obra novamente, pressionando a estrutura agrária que é responsável direta pela superpopulação rural.

Porém Rangel ressalta que de nada adianta uma intensa política de substituição de importações através da industrialização se não houver uma efetivação de demanda brasileira para produtos que os novos mercados oferecem em contrapartida de importarem os nossos produtos, ou seja, de nada adiantará fortes subsídios e investimentos em novas indústrias se não tivermos demanda de bens ofertados pelo nosso mercado consumidor externo, tendo que para que a industrialização se consolidarilize não basta somente mercado consumidor interno para produtos antes importados, e sim também de um forte mercado consumidor externo.

Esta consciência de que para que possamos criar um mercado consumidor externo sólido dependemos de criarmos um mercado consumidor interno de produtos externos também forte, ou seja, de nada adianta produzirmos os bens que antes eram importados se não mantivermos uma boa relação com o mercado consumidor externo, pois a indústria não consegue viver somente do mercado consumidor nacional, então apesar da substituição de

importações temos que continuar mantendo demanda para produtos externos face ao crescimento e desenvolvimento da indústria nascente.

Esta consciência foi tomada primeiramente pelos setores exportadores, devido à diminuição da procura por bens estrangeiros causada pela substituição de importações e conseqüentemente diminuindo a procura de bens nacionais pelo mercado consumidor estrangeiro.

Com a elevação do custo marginal do dólar, entra em declínio a atividade substituidora de importações. Neste cenário, a liderança do grupo político brasileiro volta-se para colocar em primeiro plano a atividade de exportações, visto a conquista de novos mercados.

O fato de as indústrias não estarem mais vendendo seus produtos internamente além da entrada de novos mercados e capitais e os produtos já oferecidos pelos mercados tradicionais, se for colocada em grande escala resultaria em uma crise agrária de dimensões muito graves.

Para que esta crise não ocorresse, a medida foi limitar a oferta estrangeira para que novamente a atividade industrial voltada a substituição de importações pudesse retomar o seu ritmo, ou seja, o mercado consumidor externo aumenta a sua demanda pelos bens primários produzidos na agricultura e transformados na indústria, fazendo com que esta aumentasse a sua produção, absorvendo mão-de-obra do campo, ao mesmo tempo resolvendo e amenizando a questão superprodução e superpopulação.

O centro da crise da indústria transformadora substituidora de importações é o surgimento de novos produtos atraídos pelo intercâmbio das exportações e também pelos novos produtos criados pelos velhos mercados.

Renunciar a novos mercados somente para reter ou amenizar uma crise agrária já existente para Rangel era uma questão fora de cogitação, pois as forças dirigentes dessas decisões são exatamente as que mais produzem para exportação, além de contrariar interesses políticos e ideológicos de forças conservadoras.

Este fato de os monocultores não conceberem a restrição a novos mercados coloca o risco de lançar ao fracasso e a sucata as recém criadas indústrias voltadas a suprir o mercado interno. Isto seria desastroso, pois geraria uma reação em cadeia na produção industrial, na



redução da oferta de mão-de-obra na cidade, fazendo com que o campo novamente se visse na condição de super - populacionado e a agricultura com excedente na produção.

Aceitar isso seria assumir uma crise política para os que defenderam a industrialização e dar espaço a uma crise que geraria desemprego e refluxo do êxodo rural.

Os trabalhadores neste cenário defenderão a indústria, para não se verem obrigados a tomar o caminho de volta ao campo sem emprego, fazendo-os desistir do interesse em novos mercados, com novos produtos, para garantir que terão capacidade de consumir, mesmo que dependendo somente de produtos produzidos e transformados internamente, além da resistência que ele oferece e defende a expansão da indústria nacional e a sua expansão.

Para Rangel, para que esta problemática fosse resolvida, seria necessário o fortalecimento do Estado, na sua condição financeira. As forças influentes na política da época acreditavam que isso deveria ser feito através do endividamento externo, porém na visão de Rangel isso conduziria futuramente a ruptura da estrutura agrária, com a inversão do êxodo rural, e o fortalecimento financeiro do Estado viria pela via da reestruturação fiscal e organização do mercado externo de valores para os papéis públicos, ou seja, a criação do mercado de valores através do lançamento de letras de importação e de apólices a curto prazo pelos governos estaduais.

A outra medida foi o decreto dos preços únicos da produção agrícola, diminuindo a força dos oligopólios que causavam escassez de certos produtos através de estratégias de vendê-los a preços muito baixos para que ficassem escassos no mercado e com preços maiores que impossibilitava assim a concorrência para produtores menores.

Da mesma forma que o oligopólio criado no comércio interno de produtos agrícolas, este surge também no setor industrial porém, ao contrário do primeiro, será consolidado pelo Estado, mesmo que o submeta a regularização, e o faz porque não seria viável a concorrência na indústria porque o submeteria a tecnologia ultrapassada, resultando em altos preços devido ao custo de manter a produção dependendo de máquinas e equipamentos arcaicos.

Esta regularização no setor industrial resultaria em expansão na capacidade de importar.

Neste cenário, o controle da inflação parece mais difícil do que aparenta ser. O caminho que não é fácil seria através da continuação das emissões de moeda, para que a demanda global seja estabilizada, em razão da desvalorização da moeda face a alta dos preços devido as formações de monopólio na indústria e agricultura.

Porém não depende somente de comprimir o gasto público através de emissão de moeda e ajuste fiscal, este seria um primeiro passo, que envolve outros como regulação de preços agrícolas e do monopólio e monopsonio na indústria bem como financiamento e assistência aos produtos agrícolas.

Melhora substancialmente a eficácia marginal do capital e elevação dos juros como controle da inflação – terceira medida – resultando na expansão dos investimentos públicos aparece como determinantes de um novo salto no desenvolvimento e disto depende o seu fortalecimento financeiro. Para que ele ocorra, dependerá de vários fatores como a reforma das “relações externas de produção” do sistema econômico, mecanismo do comércio exterior, regime cambial, mercado interno de valores, sistema bancário e sistema fiscal.

Estas medidas devem ser alcançadas através das instituições nacionais que se relacionam com o exterior.

Os recursos a financiar o programa de investimentos do Estado estão escondidos na capacidade ociosa acumulada no sistema, que poderá ser convertida em novos recursos para o setor privado através de reforma cambial que o colocaria em condições de atrair maior demanda global fazendo com que a utilização desta capacidade e conseqüentemente a geração de uma produção excedente possa resultar em criação de novos mercados.

Isto fará com que se converta em mais recursos financeiros aos estados através da receita sobre importações pagas pelo aumento da demanda cambial além de, é claro, aumentar os recursos financeiros do setor exportador privado.

## **4.6 Reforma do mercado interno de capitais**

Ao analisar a expansão da indústria de bens de produção, Rangel diz que chegou ao fim o processo de industrialização para substituição de importações.

A mudança nas relações externas de produção são necessárias para mudar a característica arcaica da estrutura agrária brasileira que deverá se renovar sem perder sua identidade.

Essas mudanças no comércio exterior não arrastaram o país sem depressão nem botaram em cheque o esforço da substituição de importações, devido ao bom estado das relações internas de produção que faz com que a estrutura agrária se mantivesse incólume a esse processo difícil de desenvolvimento, porém mudou seu conteúdo consideravelmente e continua mudando.

Ainda em relação aos problemas próprios e impróprios, Rangel diz que os próprios são suscetíveis de mudança imediata, de forma que tentar uma mudança que não seja imediata faria com que a atenção seja desviada e sejam esquecidos os problemas e adiado sua solução, por não serem colocados em questão pelas forças políticas para que sejam resolvidos.

## CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES

Através deste último capítulo procuramos responder como o autor Ignácio Rangel apresentava a questão da reforma agrária. Para tanto, fizemos um estudo da sua obra “A Questão Agrária no Brasil” e apresentamos também a visão dos principais autores sobre este tema no período de 1960 a 1970.

Depois de fazermos esta análise, podemos perceber que o autor resumiu o problema da crise agrária em superprodução de bens agrícolas e superpopulação. Para resolver estes problemas, o que ele propôs foi a industrialização do país através da substituição de importações. Segundo ele, isto faria com que a superpopulação do campo fosse absorvida, através da demanda de mão de obra gerada por esta indústria nascente. Ao mesmo tempo, a superprodução seria aproveitada pela necessidade de produtos primários a serem transformados em bens de consumo final.

Podemos resumir o pensamento de Rangel em relação a Questão Agrária em Industrialização versus Agricultura, ou seja, como uma depende da outra para desenvolver-se, ele não trata como dois segmentos separados na economia.

Como demonstrado ao longo deste trabalho, o autor propõe uma série de medidas para que a mudança na agricultura se torne possível.

Após perceber que a industrialização não cumpriu com o papel de amenizar a superprodução e superpopulação, Rangel diz que a sociedade confrontou-se com uma crise que exige mudanças nas relações de produção do sistema e nas instituições que as formalizam.

Porém, mesmo com esta crise a economia brasileira reagiu, aproveitou este período para impulsionar o desenvolvimento via substituição de importações. Isto mostra, segundo Rangel, o quão saudável é a estrutura interna do país. Além disto, este processo abriu caminho para um comércio exterior de novo estilo – planejado e de Estado.

Com relação aos problemas próprios e impróprios do setor agrícola, o autor considera que a questão da superprodução e superpopulação exigem mudanças de direito fundiário – mudanças de fundo e de forma.

Quanto aos problemas impróprios, as mudanças seriam apenas de fundo, quer dizer, mudanças nas relações externas de produção.

Em relação ao acesso a terra, o autor diz que o que deve ser feito é agir sobre sua formação de preços, ou seja, influenciar diretamente na lei da oferta e da procura.

Em suma, o que Ignácio Rangel propunha para um programa agrário era: ação sobre oferta de mão – de – obra : o acesso do pequeno trabalhador ao lote de terra, para que ele e sua família pudessem se ocupar nas horas livres e não migrarem para as cidades; ação sobre a escassez de bens agrícolas escassos através da política de preços mínimos, organização de crédito agrícola e expansão da rede de silos e armazéns; e por último a intervenção do Estado no mercado de terras, para fortalecer a sua oferta através do controle dos preços.

Com as próprias palavras do autor, podemos definir o que ele chamava de programa para uma reforma agrária:

“ Tal programa pode parecer modesto, comparativamente a uma “verdadeira reforma agrária” isto é, a divisão forçada dos latifúndios. Aspira, entretanto, ao mérito de ser viável, porque aproveita os impulsos espontâneos do sistema e se apóia neles, ao passo que um programa de compras de terra, ou conduziria a uma desenfreada especulação fundiária, que tornaria a terra ainda menos acessível ao trabalhador rural, ou teria que ser feito com o apoio de forças estranhas a sociedade brasileira, a qual seria, assim, impelida para um empreendimento para o qual não está preparada e que não lhe convém.” (RANGEL, 1962, p.80)

Durante o período em que fiz este estudo sobre o autor, pude perceber que a sua posição em relação a questão agrária são tão originais quanto polêmicas.

Podemos perceber também porque sendo um autor de economia ainda hoje não é muito aceito nem muito discutido neste meio. Isso se deve ao fato de sua base marxista e socialista, bem como suas idéias voltadas a uma reforma que é de interesse somente das classes menos favorecidas.

A economia estuda e defende o capital, a acumulação capitalista, o desenvolvimento, o crescimento e assuntos ou propostas como as de Rangel, em que são questionados os modos da produção capitalista ou o próprio sistema capitalista em toda sua estrutura não poderiam ser muito aceitas dentro de um meio em que a discussão não é outra senão como descobrir formas para o tão almejado e sempre distante crescimento e desenvolvimento.

Aceitar estas teorias e propostas provavelmente significa um caminho contrário.

## REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro. Contraponto, 2000. 480p.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**. 5. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1991. 103p.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de. **Obras reunidas/Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: v2 Contraponto, 2005, p.16.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo. CSPA/SAA, 1999. 373p.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 1985. 134p.

RANGEL, Ignácio. **Entrevista com o professor Ignácio Mourão Rangel**. GEOSUL, Florianópolis, n. 12/13. 2º sem. 1991 e 1º sem. 1992, p. 103-130. Entrevista concedida a Armen Mamigonian, Maria Dolores Buss, Raquel Fontes do Amaral Pereira, Everton Vieira Machado e José Messias Bastos.

\_\_\_\_\_. **A inflação brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense (1978a).

\_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, (v. 1), 742p.

\_\_\_\_\_. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, (v. 2), 762p.

\_\_\_\_\_. **Revista Econômica Brasileira**, v.6, n.4, 1955

\_\_\_\_\_. **Um fio de prosa autobiográfica**. Correa Rossini, Introdução, UFMA, Sioge, vol. 1. Revista do BNDS, 1, junho, 1994. p.6-15.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** 9ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970)**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1991. 100p.